

Delfim acredita que Carta será muito razoável

A nova Constituição brasileira vai ser muito melhor do que as pessoas estão esperando. Os parlamentares deverão produzir um documento razoável, que represente razoavelmente os desejos da sociedade. Estes prognósticos são do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, deputado Antonio Delfim Netto (PDS-SP).

Para Delfim, a Constituinte deverá ser uma peça enxuta, curta, com balisamento geral. Para ele seria uma tolice incluir nela coisas específicas como reforma agrária, mecanismos de redistribuição de renda e disciplinamento da remessa de lucros. Todas estas questões — afirma — podem e devem ser resolvidas através de leis ordinárias.

Dentro deste raciocínio, ressalta que a remessa de lucros pode ser boa numa determinada circunstância, mas em outras. Ela vai depender ainda das taxas de juros no exterior, de como os nossos concorrentes potenciais estão se comportando e coisas do gênero. «Incluir um assunto destes na Constituinte será um grave erro» — afirma.

Interpelado sobre se o PMDB não irá pressionar para que isto ocorra — para que o tema remessa de lucros conste da nova Constituição do País — diz o ex-ministro não ver nenhuma ligação nisto. E arremata: «não é porque o sujeito é do PMDB que ele tem de ser irracional».

Já a questão do rateio de recursos entre a união, os estados e os municípios, para o deputado, deve constar da nova Carta. E, segundo o seu entendimento, o quadro atual vai sofrer uma grande reversão. Acho que a maioria deseja, de fato, uma ampliação das funções do município. Ele deve estar apto a lidar com os problemas de assistência médica, educação e transportes, por exemplo, a tendência é a de levar para as comunidades o poder de decidir sobre a sua própria vida. E isso, obviamente — ressalta — implicará numa redistribuição de recursos totalmente diferente que vigora hoje.

Para os estados e municípios devem ser confiante novas tarefas e recursos necessários à execução dessas tarefas. Entretanto — pondera — é necessário coibir a criação de despesas sem devemos ainda ter muito cuidado com a questão é a vinculação dos recursos. Do contrário, atendendo a todas as propostas, vamos chegar a vincular 110 por cento do orçamento» — afirma irônico.

Segundo Antonio Delfim Netto, a nova Constituição deve ser uma peça liberal e curta, sem se ocupar de detalhes. Não deve cuidar de coisa que dependam da conjuntura. A redistribuição de renda, por exemplo, é coisa que depende da conjuntura e, como tal, não deve constar da nova carta. «mas é claro que nós devemos ter uma lei salarial adequada e justa. É natural que se use o salário mínimo para proteger certos grupos., é natural que se dê proteção aos trabalhadores. Mas tudo isto deve ser coisa prevista em leis ordinárias». E o caso, também — lembra — da reforma agrária.